



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

## EMENDA Nº - CM

(à MPV nº 1116, de 2022)

Modifica-se a redação do *caput* do art. 3º, do § 2º do art. 9º, do § 1º do art. 17, e do § 1º do art. 19 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, nos seguintes termos:

Art. 3º A implementação do reembolso-creche ficará condicionada à formalização de **acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho**.

(...)

Art. 9º .....

.....

§ 2º As medidas de que trata este artigo deverão ser formalizadas por meio de **acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho**.

(...)

Art. 17. ....

.....

§ 1º Na hipótese prevista no *caput*, a suspensão do contrato de trabalho será formalizada por meio de **acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho**, nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

(...)

Art. 19. ....

.....

§ 1º ☐ A suspensão do contrato de trabalho ocorrerá nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, formalizada por meio de **acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho**.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.116/22 prevê: (a) a implementação de reembolso creche (art. 3º); (b) de alterações contratuais com a finalidade de garantir a conciliação entre o trabalho e a paternidade (art. 9º) e (c) suspensões contratuais para (c.1) qualificação profissional da mulher (art. 17) e (c.2) para acompanhamento e desenvolvimento de filhos em período posterior ao encerramento da licença maternidade (art. 19).

A presente emenda modificativa tem como única finalidade suprimir a expressão “acordo individual” de todos os dispositivos legais supramencionados.

Apesar do mérito das questões trazidas pelo texto legislativo, importante que as **alterações trazidas sejam delineadas por meio de acordo coletivo de trabalho e/ou convenção coletiva de trabalho.** Isso porque, em razão da hipossuficiência da classe trabalhadora, é importante que as medidas implementadas sejam acompanhadas pela entidade constitucionalmente investida da defesa de seus interesses (Constituição Federal, art. 8º, III).

A autorização de celebração de acordo individual poderá, ao menos em tese, avaliar eventuais alterações contratuais lesivas, sem que o trabalhador possa, livremente, oferecer objeções a estas. Não por outro motivo, a Carta Maior admitiu a hipótese de redução salarial de forma excepcional e somente mediante chancela sindical (art. 7º, VI).

Observe-se, inclusive, que o art. 476-A da CLT, ao prever hipótese de suspensão contratual para qualificação profissional do trabalhador, acautelou-se ao exigir a existência de acordo coletivo de trabalho e/ou convenção coletiva de trabalho autorizativos. Tal cautela justifica-se em razão das possíveis consequências de referida suspensão no contrato de trabalho.



SF/22796.83890-00



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Alerte-se que, inclusive, a inclusão dos temas em norma coletiva poderá representar importante instrumento de apoio apto a evitar (ou ao menos minimizar) a discriminação de trabalhadores que eventualmente possam estar submetidos a condição de maior vulnerabilidade, como no caso da mulher ou do homem com filho de tenra idade.

Sendo assim, a participação da entidade sindical representante da classe trabalhadora, em hipóteses que poderão acarretar impactos diretos e/ou indiretos nas relações entre trabalhadores e empregadores, mostra-se de essencial importância.

Aliás, e por fim, destaque-se que a participação dos principais atores sociais (empregados, empregadores e suas representações sindicais), na negociação de referidas alterações, assegura um debate mais amplo, legítimo e capaz de assegurar o equilíbrio necessário para assegurar a adoção de medidas de forma mais adequada. Não por outro motivo, a Convenção 144 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, prestigia a consulta tripartite entre representantes do governo, empregadores e trabalhadores em caso de edição de normas de interesse do mundo do trabalho.

Ressaltando a importância da negociação coletiva em matérias que envolvam alteração das relações laborais, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação da matéria, com a supressão da expressão “acordo individual” dos artigos 3º, *caput*, 9º, § 2º, 17, § 1º e 19, § 1º da Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022.

Sala da Comissão,

SENADOR FABIANO CONTARATO



SF/22796.83890-00